

Conflitos docentes e administrações democrático-populares: estudo da história imediata da organização sindical dos trabalhadores em educação de Belo Horizonte (1993-2001)

Sebastião Carlos Pereira Filho

Carlos Bauer

Resumo: O fio condutor do artigo é o estudo da organização sindical dos trabalhadores do ensino da rede pública municipal de Belo Horizonte (MG), cidade que teve o Partido dos Trabalhadores (PT) como governo ou na base de sustentação da administração municipal durante os anos de 1993 a 2012.

Mais especificamente, buscamos analisar e interpretar o que ocorreu no período inicial dessas administrações, que gozavam de bastante prestígio entre os trabalhadores da educação, mas viram-se confrontadas, entre 1993 e 2001, com a ocorrência de inúmeras greves organizadas pela subseção municipal do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE-MG), sendo que a mais longa dessas greves ocorreu entre agosto e setembro de 2001 e marcou a ruptura política dos trabalhadores em educação do município com o governo petista. O conflito, em certa medida, expôs e antecipou tendências que viriam a marcar o sindicalismo docente nacional no período dos governos federais capitaneados pelo PT, entre 2003 e 2016.

Palavras-chave: Sindicalismo em educação; associativismo docente; história da educação; políticas públicas de educação; governos democrático-populares; Sind-UTE-MG.

Teaching conflicts and popular-democratic administrations: study of the immediate history of the union organization of education workers in Belo Horizonte (1993-2001)

Abstract: The guiding thread of the article is the study of the union organization of the teaching workers of the municipal public school of Belo Horizonte (MG), city that had the Workers Party (PT) as government or in the municipal administration support base during the years of 1993 to 2012.

More specifically, we sought to analyze and interpret what happened in the initial period of these administrations, which enjoyed a great deal of prestige among education workers, but were confronted, between 1993 and 2001, with the occurrence of numerous strikes organized by the municipal sub-union of the Union. Single of Education Workers (Sind-UTE-MG), and the longest of these strikes occurred between August and September 2001 and marked the political breakdown of education workers from the municipality with the PT government. The conflict, to a certain extent, exposed and anticipated trends that would mark national teaching unionism in the period of federal governments led by the PT, between 2003 and 2016.

Keywords: Unionism in education; teaching associations; history of education; public education policies; popular democratic governments; Sind-UTE-MG.

1 Introdução

As grandes greves operárias do final dos anos 1970, acompanhadas de outras importantes greves do funcionalismo público e, em particular, dos trabalhadores na educação pública, deram as bases sociais e políticas para o surgimento do chamado “Novo sindicalismo”, no Brasil. Na luta contra o regime político vigente e sua política de arrocho salarial, as antigas direções sindicais tradicionais, muitas delas alinhadas à ditadura militar, viram-se, abruptamente, confrontadas e foram desalojadas de suas posições à frente dos aparelhos sindicais.

Como parte desse processo, após uma greve que durou 41 (quarenta e um) dias, em 1979, foi criada a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE) de Minas Gerais. A UTE e, posteriormente, o Sind-UTE-MG adotou como forma organizativa a sua divisão em regionais e subseções. A subseção da capital teve como característica distintiva o fato de organizar apenas os trabalhadores em educação da rede pública municipal de ensino, ao passo que as regionais organizavam os trabalhadores da rede estadual a partir de uma determinada localização geográfica na cidade.

Essa forma organizativa deu contornos à subseção de um “sindicato dentro do sindicato”, com vida política própria e certa autonomia. O centro da sua intervenção estava voltado às políticas públicas, salariais e educacionais do município sede, com negociações diretas com a administração, gozando do peso político próprio conferido a um sindicato da capital do estado, centro político e administrativo da unidade federada.

Nesse quadro de referências, o presente estudo histórico educacional buscou analisar como se deu a experiência de organização sindical dos trabalhadores no ensino vinculados à

Prefeitura de Belo Horizonte, no período de 1993 a 2001, durante o qual a municipalidade foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em aliança com outras forças políticas.

A importância da investigação resulta do fato das chamadas administrações “democrático-populares”, como se autodenominavam, terem sido as gestoras desta Prefeitura por um período longo (que se estendeu até 2012), no que se refere ao exercício do poder executivo municipal no Brasil, tendo a oportunidade de experimentar diversos projetos na área da educação e, ainda, exercitar a relação com as demandas trazidas pelo funcionalismo público municipal e suas representações sindicais.

A chegada dessas administrações ao poder foi marcada, em geral, por grandes expectativas das camadas populares e, em particular, dos trabalhadores do serviço público. A origem no sindicalismo, por parte de muitos dos dirigentes do PT, alentava essa expectativa. A experiência concreta com esses governos resultou, de um lado, na frustração de parte dessas expectativas por segmentos importantes do funcionalismo público e, de outro, na consolidação de um modelo de administração diverso daquele propalado pelo Partido dos Trabalhadores quando de sua criação.

O PT foi fundado em 1980, numa eclética e inusitada aliança entre uma ampla e nova vanguarda sindicalista, intelectuais progressistas, militantes da esquerda socialista, agrupamentos remanescentes da luta armada e de movimentos estudantis, sociais, populares e de base articulados junto ao clero progressista da Igreja Católica e aos seus teólogos da libertação. Em sua primeira aparição eleitoral, nas eleições de 1982, apresentava-se como “diferente de tudo que está aí”, como uma nova “forma de fazer política” e dar “voz aos de baixo”, apregoando consignas classistas, principalmente, expressas na divisa “trabalhador, vota em trabalhador”, e clamando por “terra, trabalho e liberdade”!

Afirmava que não iria governar para todos, por ser impossível, numa sociedade marcada pela divisão em classes sociais antagônicas, atender a interesses conflitantes. Seus slogans de campanha demarcavam nitidamente a perspectiva da confrontação social e administrações voltadas aos segmentos mais pobres da sociedade, como o mote “Vote no 3 que o resto é burguês”¹ utilizado nas eleições de 1982.

No entanto, a experiência concreta de gestão da máquina administrativa viria de encontro às premissas levantadas pelo PT. As alianças, antes pontuais, com partidos de outras origens sociais e perspectivas ideológicas, daria lugar a um bloco de governo relativamente estável, que coabitou a administração de Belo Horizonte por duas décadas, abrindo caminho, ao final, para o retorno de forças políticas liberais e de espectro conservador ao governo da municipalidade.

No terreno da organização sindical dos trabalhadores do ensino público, objeto de estudo histórico educacional deste artigo, mudanças importantes também iriam ocorrer, com a perda de hegemonia e superação das direções sindicais vinculadas politicamente ao Partido dos Trabalhadores e ao seu braço sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dando espaço e lugar para a emergência de outras forças políticas do chamado campo de esquerda.

2 Sobre as fontes e a demarcação do período estudado

O período estudado destaca-se pela ocorrência de inúmeras greves e enfrentamentos entre os trabalhadores do ensino municipal e os sucessivos governos. Do confronto entre essas forças, no calor das lutas de classes, foram moldando-se novas formas de conceber o sindicalismo no interior da CUT. De um lado, parte dos dirigentes alinha-se às políticas dos gestores das administrações autoproclamadas democrático-populares, apoiando, de maneira mais ou menos

crítica, as orientações de governo e subordinando o movimento sindical a essa definição estratégica; enquanto que, de outro, correntes políticas de esquerda, minoritárias, se colocavam na oposição aos projetos de governo e buscavam se afirmar como herdeiras da tradição de independência política frente à classe burguesa e ao patronato, que marcou o surgimento da CUT. A experiência vivida pelos trabalhadores em educação de Belo Horizonte foi um importante laboratório dessas tensões.

No bojo de sustentação do presente estudo tomamos como fontes fundamentais o acervo disponível nos arquivos da entidade, composto por inúmeras publicações de responsabilidade da subseção municipal do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE-MG).

Destacamos, dentre elas, as edições do “Jornal da Rede” e do “Boletim da Rede”, comunicados e atas de reuniões da diretoria e do Conselho de Representantes por Escola, além de atas e resoluções dos congressos e seminários realizados pela categoria. Também tivemos acesso, ainda que mais limitado, a algumas edições do “Boletim Municipal”, publicação de responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte, direcionada aos servidores públicos municipais. Ainda nos reportamos aos jornais de grande circulação do período, em suas coberturas das atividades sindicais capitaneadas pelos trabalhadores do ensino, contemplando os periódicos: “Estado de Minas”, “Diário da Tarde”, “Hoje Em Dia” e “O Tempo”. Por fim, buscamos complementar algumas informações por meio dos sítios das entidades na internet (www.redebh.com.br e sindutemg.org.br).

As conclusões, ainda parciais, são apresentadas ao final destes manuscritos.

3 A chegada da frente popular ao poder e os primeiros enfrentamentos

Nas eleições municipais de 1992 foi eleito prefeito de Belo Horizonte (MG), Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores. A eleição da Coligação Frente BH Popular abriria o caminho para um longo ciclo de administrações que teria, dentre suas características importantes, a permanência de um mesmo núcleo dirigente na educação municipal. Desse núcleo dirigente teriam destacada participação, na administração e na área da educação, diversos ex-dirigentes sindicais e ex-presidentes do Sind-UTE MG, dentre eles Luís Dulci, Fernando Cabral, Antônio Carlos Pereira, Antônio Lambertucci, Luiz Fernando Carceroni, dentre outros. Glaura Vasques de Miranda, professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi a titular da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de 1993 a 1996.

A posse do novo governo foi cercada de expectativas pelos trabalhadores em educação, que haviam definido, em assembleia, o chamado ao voto no candidato da Frente BH Popular no segundo turno.² A concessão de um reajuste de 242% logo no início do governo, a título de recomposição das perdas salariais³, adiou o debate da campanha salarial daquele ano e a data-base da categoria foi remetida para o mês de maio de 1993. Para evitar mistificação quanto ao índice concedido, destacamos que a inflação era bastante alta no período, conforme os índices apurados oficialmente pelo governo federal⁴ estando próximos da casa de 1120% no ano de 1992.

A direção da subsede municipal do Sindicato era amplamente composta por militantes do Partido dos Trabalhadores, que apoiavam o governo eleito e o definiam como um governo “progressista”, conforme Boletim da Rede, de novembro de 1993.

A primeira greve não tardou a ocorrer, sendo deflagrada no mês de setembro, e durou longos e tensos 35 (trinta e cinco) dias. A alta do custo de vida, com a inflação galopante, corroía o poder de compra dos trabalhadores. As principais reivindicações da greve eram o pagamento das perdas inflacionárias calculadas pelo índice do Custo de Vida (ICV) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 30% (trinta por cento) a título de reposição das perdas salariais de maio e abono de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros).

A segunda greve ocorreu em 1994 e também durou, demasiados e cansativos, 35 (trinta e cinco) dias, a partir do dia 4 de maio daquele ano, tendo sido um movimento marcado pelo acirramento das relações com a administração municipal. Não houve negociação e pairou no ar a ameaça de corte dos dias parados. A subsede municipal do Sind-UTE MG acusou o governo de manipulação de dados e uso de dinheiro público para propaganda na mídia para atacar a greve e por jogar a população contra os trabalhadores em educação. A greve terminou sem conquistas.

Depois dessa greve, os trabalhadores em educação passaram por um período em que outros instrumentos de mobilização, diversos da greve, foram postos em prática, tais como manifestações, atos públicos, denúncias juntos a órgãos públicos etc.

Em 1995 as eleições do sindicato ocorreram próximas ao período da data-base (1.º de maio), o que concorreu para o enfraquecimento da campanha salarial. A administração municipal colocou em prática um plano de terceirização dos serviços de merenda e da vigilância nas escolas e apresentou, nesse vácuo da atuação sindical, o projeto denominado “Escola Plural”, que também teve forte repercussão entre educadores e gestores por todo o período seguinte.

Um acordo salarial foi assinado prevendo a adoção de um gatilho toda vez que a inflação atingisse 15% (quinze por cento) do ICV do DIEESE. A Prefeitura, no entanto, o substituiria

unilateralmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o que reduzia à metade os valores devidos aos trabalhadores. No entanto, mesmo esse índice não seria pago pela administração, o que fez com que explodisse a terceira greve, no início de 1996 e que teve a duração de 43 (quarenta e três) dias. O ano letivo sequer se iniciou na data prevista. A greve teve como características a ocorrência de grandes manifestações de rua e durou de 9 de fevereiro a 22 de março, obtendo a promessa do pagamento do gatilho de 18,2% (dezoito vírgula dois por cento) em três parcelas.

De 21 a 23 de agosto de 1996 teve lugar o Fórum de Estrutura e Organização da categoria, noticiado no Jornal da Rede n.º 2, de setembro de 1996, como “mais uma etapa na luta democrática pela desburocratização sindical”. O Fórum teve a participação de representantes de 86 (oitenta e seis) escolas e deliberou pela permanência dos educadores municipais no Sind-UTE-MG, debate que já se fazia presente naquele momento. A luta em defesa do plano de carreira teve destaque e, no terreno da política municipal, sem indicar afirmativamente o voto em outro candidato, foi desaconselhado o voto no candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Amílcar Martins. Tal posicionamento refletia “uma atitude política, não partidária, de uma categoria que, ao longo de várias administrações, acumulou experiências no enfrentamento de ações políticas e administrativas contrárias aos interesses populares”, conforme publicação do Sindicato.

Nas eleições para prefeito daquele, o candidato oficial do governo, Virgílio Guimarães (PT), não alcançaria o número de votos para chegar ao segundo turno. Os partidos da coligação composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Verde (PV) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) decidiram apoiar Célio de Castro, candidato lançado por uma dissidência da administração anterior, numa outra frente partidária

denominada BH pela Vida, composta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Eleito, Célio compôs um governo de coalizão entre PSB, PMDB e PT, com o espírito da continuidade da administração anterior.

Entre os dirigentes sindicais, a entrada do PT no novo governo, causaria um rebuliço muito grande, aumentando a polarização no interior da entidade, cuja diretoria havia sido renovada em 1995. O “Jornal da Rede” de janeiro de 1997 evidencia as diferenças internas no Sindicato, com alguns dirigentes firmando artigo em que defendem a nova administração, pela abertura de espaços democráticos de debate.

Emblematicamente, a principal matéria do periódico é uma longa entrevista com a recém-empossada Secretária de Educação, a professora Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, então, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que ocuparia o posto por todo o mandato (1997/2000) na qual a Secretária faz a defesa das políticas de governo e do projeto da Escola Plural.

No debate sobre a Escola Plural, também bastante destacado em outros artigos, evidencia-se o apoio de importantes segmentos da direção sindical ao projeto do governo. A direção colegiada da subsede assina artigo intitulado: “Escola plural, experiência inovadora da Rede Municipal de Belo Horizonte”.

No mesmo jornal a gestão anterior é duramente criticada. O ex-prefeito é acusado de deixar o governo devendo aos professores, sendo citados como parte da dívida os atrasos no pagamento de salários, reajustes do plano de carreira, férias-prêmio, incorporação do quinquênio, dentre outros pontos. Mas a principal crítica política dizia respeito à relação autoritária e antidemocrática que a administração anterior teria tido com os servidores, e a

expectativa de que o novo governo, que se afirmava como continuidade do anterior, não significasse o continuísmo dessas práticas. No processo de construção desse ideário político, o Sindicato publicou nota nos jornais Diário da Tarde, de 21.12.1996, e Hoje Em Dia, de 22.12.1996.

A ofensiva do governo federal de Fernando Henrique Cardoso/PSDB (1995/2003), sobre as classes trabalhadoras, fazia-se sentir com muita força naquele momento, tendo sido a década de 1990 um período de aplicação das políticas neoliberais, com privatizações e a sistemática desvalorização dos serviços públicos.

A derrota imposta à greve dos petroleiros em maio de 1995 deu o tom do enfrentamento daquele governo com os movimentos sociais. Sindicatos sofreram intervenção, tiveram que arcar com multas milionárias devido à greve, suas contas foram bloqueadas, dirigentes sindicais foram demitidos, como resposta a uma greve que questionava a política de privatização posta em marcha pelo governo.

O governo FHC daria andamento a um plano de reforma do Estado que teria, entre seus pontos altos, a aprovação da Emenda Constitucional nº 19, em 1998, que estabeleceu uma profunda reforma administrativa, cujo escopo foi o de introduzir conceitos empresariais na administração pública, alterando o regime jurídico dos servidores públicos, quebrando a estabilidade no emprego e a regra de ingresso por concurso no serviço público, dentre outras medidas.

A Constituição promulgada em 1988 mal completara uma década e os tímidos avanços na edificação de um estado social de direito já eram colocados em questão. Essa política de corte liberal viria a influenciar a atuação do conjunto das administrações públicas, nos estados e municípios, com a imposição de regras cada vez mais restritivas à atuação dos gestores, de

restrições orçamentárias em nome de uma suposta estabilidade fiscal, cujo desaguadouro foi a edição da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na administração municipal de Belo Horizonte não foi diferente. O Sindicato denunciaria, em maio/junho de 1999, pelo “Jornal da Rede” a submissão do prefeito aos ditames da “política perversa de FHC”, assim como os ataques às conquistas democráticas e de organização da categoria, como o tempo coletivo de projeto dos educadores. Essa crítica, no entanto, era realizada na perspectiva de defesa do projeto da Escola Plural, pois os trabalhadores da educação estariam sendo impedidos de se organizarem para a consolidação daquele projeto.

Na esteira do debate sobre a Emenda Constitucional nº 20 (conhecida como reforma da previdência), do governo federal, o Sindicato também denunciaria o envio para a Câmara Municipal de um projeto de reforma da previdência, sem discussão com o funcionalismo, que aumentava as alíquotas de contribuição dos servidores.

Esses embates resultaram em novas greves, desta vez mais curtas, mas, igualmente relevantes. No final de maio e início do mês de junho de 1999, durante seis dias úteis, os trabalhadores em educação paralisaram suas atividades reivindicando um reajuste de 18,45% nos seus vencimentos e o fim do parcelamento dos salários, reivindicações que não foram alcançadas. Uma nova paralisação ocorreria ainda naquele ano, com a duração de nove dias. A greve, de advertência, buscava mostrar à sociedade as contradições do discurso do governo municipal.

Célio de Castro, em Belo Horizonte/MG, aplicava as reformas administrativa e previdenciária ditadas pelo governo FHC que, naquele momento, enfrentava uma onda de protestos, o que resultou numa vigorosa manifestação em Brasília, ocorrida no dia 26.08.1999, e que ficou conhecida como a “Marcha dos 100 mil”. A greve conseguiu impedir, de imediato, o aumento da alíquota de desconto previdenciário para 11%.

Entre março e abril de 2000, uma nova, e desta vez mais longa, paralisação das atividades, mobilizou os trabalhadores. A greve teve início no dia 24 de março e perdurou por 31 (trinta e um) dias. No dia 28 de março um acampamento foi montado na porta da Prefeitura. A administração contra-atacou com corte de salários e encaminhou a Corregedoria do Município, diversos ativistas. Esses trabalhadores foram submetidos a inquéritos administrativos devido à participação no movimento paredista, numa evidente afronta ao exercício do direito constitucional de greve. A greve alcançou um saldo político e uma vitória econômica importante. Ao término da mobilização foram conquistados o reajuste de 4% nos salários (rompendo com a política de reajuste zero do governo), o pagamento integral e em dia dos salários (que vinham sendo parcelados), a antecipação do 13º salário e da parcela de 1/3 das férias, uma promoção de 5% para toda a categoria, a adequação da avaliação de desempenho ao que previa a Lei 7234/96 e a regulamentação das promoções por titulação. A greve representou um patamar ainda mais elevado na radicalização dos trabalhadores do ensino contra o governo Célio de Castro e abriu intensa discussão pública entre representantes do PT, que compunham o governo, às vésperas de uma nova eleição municipal.

4 A greve de 2001 e o rompimento com a frente popular

De 1.º de agosto a 29 de setembro de 2001, os trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte realizariam a maior e mais longa greve da sua história. As reivindicações eram parecidas aos de outras mobilizações que ocorriam por todo o país. Os trabalhadores reivindicavam a reposição das perdas salariais, valorização profissional e a organização da previdência municipal.

Em dezembro do ano 2000, a administração Célio de Castro havia feito aprovar uma reforma administrativa que teve dois pilares: de um lado concentrava poderes nas mãos dos chamados cinco *super-secretários* – dos quais quatro foram indicados pelo PT – e, de outro, concedia um reajuste diferenciado para os altos escalões do governo.

As negociações não avançaram, por ocasião da data-base. Durante as férias escolares, a Prefeitura ofereceu 12% de reajuste, escalonado até o ano de 2004, o que foi rejeitado e a greve foi deflagrada. No dia 14 de agosto viriam se somar à greve os servidores administrativos e da saúde, além dos médicos e odontólogos. O governo enfrentava a primeira greve unificada dos servidores.

A greve repetiu vários dos ingredientes das anteriores. Os dias de paralisação foram cortados e os salários não foram pagos, a antecipação do 13º salário foi retida, notas à população e declarações contra a greve foram emitidas à exaustão. O governo buscava responsabilizar setores políticos presentes na direção do Sindicato, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e as correntes políticas da esquerda petista, como responsáveis pela greve. Esse quadro levou a uma radicalização das ações dos grevistas: um acampamento foi montado em frente ao prédio da administração e, no momento de maior impasse, a sala do gabinete do prefeito foi ocupada por um grupo de trabalhadores, levando a que o gabinete fosse transferido para a residência do chefe da municipalidade.

O conflito foi parar na Justiça e um juiz de primeira instância arbitrou uma multa diária, calculada em razão dos alunos que estivessem sem aulas, a ser paga pelo Sindicato, no caso de continuidade da greve. Os servidores ultrapassaram a sentença e conseguiram reformá-la no Tribunal de Justiça.

No dia 6 de setembro, uma comissão de parlamentares intermediou uma proposta alternativa para os trabalhadores, cujas bases econômicas seriam a reposição salarial de 18% até o ano de 2002 e a garantia de reposição da inflação a cada data-base. O acordo esbarrou, no entanto, na negativa do governo em negociar o pagamento dos dias de paralisação, mesmo com o compromisso de reposição integral das aulas pelos professores. Em todas as greves anteriores o retorno ao trabalho havia se dado com a garantia de pagamento e a anistia dos dias da greve.

Com o impasse, a proposta foi retirada pela Administração, que passou abertamente a afirmar que era necessário enfrentar e derrotar os trabalhadores, como já havia feito com outros movimentos sociais organizados, como os trabalhadores ambulantes e “toreros”⁵, os estudantes que reivindicavam passe livre nos ônibus e os trabalhadores do transporte alternativo.

Depois de cinquenta e nove dias, a assembleia do dia 29 de setembro decidiu encerrar a greve. Não foi uma decisão fácil. A assembleia teve vários momentos de muita emoção. O Comando de Greve orientou o término da paralisação, baseado numa análise de que a Prefeitura não retornaria à mesa de negociação e não iria ceder. Os educadores haviam conseguido, no dia anterior, uma decisão liminar na Justiça que obrigava a Prefeitura a pagar os salários cortados e o 13º retido.

Contando com o apoio de diversas entidades sindicais, associações de pais, representantes do Conselho Municipal de Educação, da maioria absoluta dos vereadores do município e do Ministério Público, através do Promotor da Infância e Juventude, o Sindicato havia firmado, também no dia anterior, o documento intitulado “Acordo da Cidade”. Naquele documento, as entidades signatárias exigiam da Prefeitura o cumprimento do acordo assinado na rodada de negociação do dia 6 de outubro, aceito na sua parte econômica pela categoria, mas

retirado posteriormente pela administração, atitude inédita na história das negociações com os sindicatos.

Em contrapartida, os trabalhadores do ensino reafirmavam o compromisso com a reposição das aulas e o cumprimento integral do calendário escolar. A avaliação feita na assembleia foi de que somente uma mobilização da sociedade poderia fazer a Prefeitura recuar. Dentre as deliberações tomadas na assembleia constaria a decisão de considerar o governo Célio de Castro como inimigo de classe dos trabalhadores e realizar uma ampla campanha contra a administração e as candidaturas de Célio e Fernando Pimentel, vice-prefeito filiado ao PT, através de outdoors, cartazes, adesivos etc.

A mesma categoria que, em outras eleições, havia decidido chamar o voto no PT, agora fazia o caminho inverso, ante a experiência acumulada com os governos da frente popular. Sem alcançar suas reivindicações, os trabalhadores em educação saíram da greve com o respaldo e o apoio ao seu pleito de vários setores da sociedade. Já o prefeito Célio de Castro sairia sustentado pela burocracia partidária petista e com uma ficha de filiação posta à sua frente, pelo partido que outrora cativara a maior parte dos ativistas sindicais da educação.

5 O papel de Lula na greve

Um dos momentos de maior tensão na assembleia foi a votação de uma moção que repudiava as declarações e atitudes adotadas pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, quando de sua visita a Belo Horizonte, dois dias antes. Lula havia afirmado que Célio de Castro seria bem-vindo, caso decidisse filiar-se ao PT. Apesar de receber uma comissão formada por dirigentes sindicais da categoria e parlamentares que apoiavam a greve, Lula

declarou à imprensa que ambos os lados estavam radicalizando e responsabilizou os educadores pelo fechamento da Prefeitura.

A moção votada pela maioria dos presentes afirmava que “o convite ao prefeito Célio de Castro para que se filie ao PT soa como uma provocação aos servidores e revela a política adotada pelo senhor Lula frente ao nosso movimento”. A profissão de fé militante de amplos setores da categoria e o encanto com a aura operária do candidato petista se desfaziam, em meio à amargura de alguns e a indignação da maioria.

A filiação de Célio de Castro ao PT, adiada por duas vezes durante a greve, se concretizou no dia 4 de outubro, num ato político que contou com a presença do Senador José de Alencar, que se filiaria no mesmo dia ao Partido Liberal para compor a chapa presidencial com o líder petista. Alencar era então o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e proprietário do segundo maior conglomerado do ramo têxtil do país. A aliança que se gestava, naquele momento, com o Partido dos Trabalhadores, era simbólica da transmutação operada no partido político que surgiu como representação das camadas populares e indisposto a alinhar-se com os partidos tradicionais, rompendo a tradição oligárquica da política institucional brasileira.

6 Considerações finais

A teoria marxista dispensou uma enorme e justificada atenção ao fenômeno das frentes populares ou à emergência de governos de colaboração de classes, como podemos caracterizar as autointituladas administrações e governos democrático-populares, capitaneados, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores, nas últimas décadas.

A chegada ao poder de governos dessa natureza, em regra, coincide com períodos de efervescência política, nos quais as formas de dominação tradicional estão sendo questionadas. Na gestão do estado capitalista, o “normal” é que os partidos mais alinhados com a ordem de dominação do capital cumpram o papel de gestores e ocupem os postos de governo. Mas governos de coalizão entre forças que representam segmentos oprimidos da sociedade e seus algozes não são, necessariamente, incompatíveis com a ordem capitalista, podendo ser usados e descartados pelas forças conservadoras no momento em que sua serventia já não se fizer presente.

Os sucessivos governos democrático-populares que estiveram à frente da Prefeitura de Belo Horizonte não foram exceção a essa regra e a aplicação desse modo de governar deixou sua contribuição histórica, demonstrou avanços, retrocessos e contradições como todo processo político vivo. As prefeituras democrático-populares, em suas gestões, serviram como sustentáculo da institucionalidade capitalista, em momentos e situações de crise dos governos centrais. Não foram alavancas para a construção de um modelo de superação da ordem do capital, constituindo-se em governos bastante distantes do reformismo clássico que marcou a socialdemocracia desde o final do século XIX.

Tiveram, sem dúvida, conflitos com os partidos mais conservadores, mas foram governos absolutamente palatáveis às classes possuidoras e abandonaram por completo a expressão dos programas partidários originais, que propunham medidas de corte democrático-radical, a ampla participação popular nos governos e na tomada de decisões, o que resultaria num maior grau de enfrentamento com as classes privilegiadas que, ao longo de séculos, fizeram do estado brasileiro expressão de seus interesses particulares.

Em última instância, foram administrações que sucumbiram ao neoliberalismo, acalentando a ideia de que é possível governar para todos, numa sociedade marcada por extrema desigualdade e conflito social. O espaço para reformas em tempos de globalização neoliberal mostrou-se restrito, aceitando, quando muito, políticas sociais compensatórias de baixo investimento frente ao orçamento do estado.

A experiência vivenciada pelos trabalhadores em educação de Belo Horizonte, objeto de estudo do presente trabalho, resultou na frustração e rompimento de boa parte deles com as suas referências políticas, com reflexos na sua organização sindical.

A construção da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, no calor da greve de 1979, é um dos capítulos memoráveis da história recente do sindicalismo brasileiro, por marcar a ruptura de todo um setor social organizado com o modelo de sindicalismo oficial vigente e apontar a construção de sindicatos independentes do governo, sustentados pelos trabalhadores e radicalmente democráticos.

Essa concepção, no estudo em andamento, pareceu-nos presente nos principais momentos da vida da entidade sindical objeto de nossas observações, constituindo-se numa referência para a compreensão da importância e também dos limites do associativismo docente. Particularmente durante as greves, a diretoria da subsede dissolvia-se no Comando de Greve eleito pelos trabalhadores em suas regionais, que assumia a direção cotidiana do movimento, num exercício de autodeterminação que demonstra a potencialidade de outras formas de participação política entre os trabalhadores.

O exercício da democracia direta, nas assembleias gerais, era outro fator de educação política muito importante. Como instância máxima de decisão, em vários momentos as posições

da direção sindical foram postas em debate e derrotadas nas assembleias, sem prejuízo para a continuidade da luta e para a unidade do movimento.

Na greve de 2001 foram realizadas 31 (trinta e uma) assembleias, com uma média de 2000 (dois mil) trabalhadores e trabalhadoras presentes, numa categoria que somava, à época, cerca de 11.000 (onze mil) mil membros, sendo 8000 (oito mil) deles professores, que atendiam 193.000 (cento e noventa e três mil) alunos, em 182 (cento e oitenta e duas) escolas do município.

A identificação de diversos ativistas e dirigentes sindicais com seus partidos políticos também não constituiu fator impeditivo para a unidade de ação, sendo que todos, indistintamente, podiam falar nas reuniões, apesar de toda a tensão que carregava o ambiente das reuniões e assembleias. A energia represada nos debates internos aos fóruns da categoria extravasava em alegria e emoção nas passeatas e atos públicos, sempre muito concorridos. Foram 28 (vinte e oito) passeatas ao todo no movimento grevista de 2001.

Na perspectiva de alguns autores clássicos do marxismo, são momentos como esse que demonstram o potencial do sindicato como elemento aglutinador das amplas massas exploradas e seu papel na educação socialista da militância, como escola de guerra ou escola de comunismo, nas palavras de Lenin⁶, líder bolchevista russo.

Mas a experiência com as administrações democrático-populares também revelaram importantes tendências que alcançariam uma repercussão ainda maior quando da chegada do PT ao governo central da República, a partir de 2003, com sua principal liderança, o líder operário-metalúrgico Lula, simbolicamente acompanhada do líder empresarial citado neste artigo, José de Alencar. Aliança que expôs, de maneira efetiva, muito mais do que simbólica, o

transformismo petista e o rompimento com qualquer ideologia de enfrentamento ao capital ou de independência das classes despossuídas.

Dentre essas tendências destacam-se a atração de inúmeras lideranças vinculadas aos sindicatos para as administrações petistas, bem como o fenômeno da ascensão social e burocratização de dirigentes oriundos dos aparelhos sindicais, que passam a ocupar lugar de destaque na gestão capitalista das administrações. Foram corriqueiras as tentativas de intervenção na dinâmica das entidades sindicais por lideranças e dirigentes sindicais recrutados por essas administrações. Ficaram também bastante evidentes as contradições evidenciadas no discurso e na prática dos governos.

Os debates envolvendo a gestão democrática da educação e as práticas pedagógicas perpassaram os debates sindicais e das reivindicações dos trabalhadores em educação.

Por fim, destaca-se que a reconfiguração do movimento sindical docente, fruto dos enfrentamentos e greves contra as administrações petistas em Belo Horizonte, levaram, em alguma medida, a rupturas e dissensões no seio do sindicalismo majoritariamente capitaneado pelo PT e pela CUT, com a emergência, posteriormente, de outros partidos e centrais na condução da entidade.

A rica história desse período, entre os trabalhadores em educação do município de Belo Horizonte, narrada de maneira muito breve neste artigo, constituiu um ponto de inflexão, quando comparada à trajetória da maioria dos sindicatos filiados à CUT que, naquele período, tiveram como característica a colaboração e não o confronto com as administrações democrático-populares.

Dessa experiência resultou, nos anos seguintes, uma reconfiguração na direção sindical da subsede do Sind-UTE MG e a posterior criação do Sindicato dos Trabalhadores em

Educação da Rede Pública Municipal de Ensino de Belo Horizonte (Sind-Rede BH) no ano de 2006.

Referências Bibliográficas

DINIZ, Cássio & BAUER, Carlos. **História e consciência de classe na educação brasileira – lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979-1983)**. São Paulo: Sundermann, 2015.

MELO, Savana Diniz Gomes. **Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais**. Educar em Revista. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 48, p. 93-110, abr./jun. 2013

PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos; VALADARES, Pedro Afonso. **As lições da mais longa greve contra o governo da frente popular**. Opinião Socialista/Edição Especial. Mimeo. Belo Horizonte, MG: 2001

ROCHA, Maria da Consolação. *As políticas de valorização do magistério na capital mineira: desafios para a ação sindical*. In: OLIVEIRA, D. A.; MELO, S. D. G. (Org.). **Sindicalismo docente: desafios e perspectivas**. CCS Gráfica e Editora: Camaragibe, 2014, p. 449-468

ROCHA, Wanderson; ROCHA, Maria da Consolação. **A precarização do trabalho educacional na prefeitura de Belo Horizonte: desafios para a ação sindical**. Fineduca – Revista de Financiamento da Educação. Porto Alegre, RS, v.4, n.12, 2014

TAVARES, Rosilene Horta. **A luta dos trabalhadores como trampolim para a ascensão social não é um problema pessoal**. Caderno de Textos do V Congresso dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Belo Horizonte, MG: Sind-UTE MG sub-sede de Belo Horizonte, p. 28-31

¹NOTAS

¹ 3 (três) foi o número do PT na primeira eleição da qual participou, em 1982.

² Patrus Ananias/PT disputou e venceu o segundo turno da eleição contra Maurício Campos, ex-prefeito nomeado de Belo Horizonte entre 1979 e 1982, então candidato pelo Partido Liberal (PL).

³ A Prefeitura de Belo Horizonte foi comandada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de 1989 a 1992. Pimenta da Veiga elegeu-se prefeito e assumiu até meados de 1990, quando renunciou para concorrer ao governo do Estado, sendo sucedido por Eduardo Azeredo, que complementou o mandato.

⁴ Utilizamos como referência o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial da inflação medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final.

⁵ Trata-se dos trabalhadores do comércio informal, como eram chamados, não legalizados perante a Prefeitura.

⁶ Vladimir Ilich Ulianov foi um protagonista fundamental na Revolução Russa de 1917.

ANEXO

Nota sobre os autores:

Sebastião Carlos Pereira Filho é mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, Brasil.

E-mail: cacau.pereira@yahoo.com.br

Carlos Bauer é professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, Brasil.

E-mail: professorcarlosbauer@gmail.com

Endereço para correspondência:

Carlos Bauer

Rua Sicília, 38 – Fazenda da Ilha

CEP. 06900-000 – Embu-Guaçu – SP

Telefones:

(11) 4661 3649, residencial

(11) 3385 9059, local de trabalho.
